



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

**ATA DA 27ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, CONSTITUÍDA COM BASE NA APROVAÇÃO DO REQUERIMENTO Nº 130/18, PARA INVESTIGAR E APURAR A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADE MINERÁRIA NA SERRA DO CURRAL, NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.**

Às 10h14min do dia 12/2/19, no Plenário Helvécio Arantes, com a presença do presidente da comissão, vereador Gilson Reis, da vereadora Bella Gonçalves e dos vereadores Catatau do Povo, Edmar Branco e Carlos Henrique, reuniu-se a Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI - constituída com base na aprovação do Requerimento nº 130/18, para apurar a realização de atividade minerária pela Empresa de Mineração Pau-Branco S.A. - Empabra - no interior do perímetro tombado do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral, sem o devido licenciamento ambiental, na área conhecida como Granja Corumi, região do Taquaril, Município de Belo Horizonte. O referido requerimento teve a autoria das vereadoras e dos vereadores Arnaldo Lula Godoy, Áurea Carolina, Autair Gomes, Bim da Ambulância, Carlos Henrique, Cida Falabella, Cláudio Duarte, Dimas da Ambulância, Doorgal Andrada, Edmar Branco, Eduardo da Ambulância, Fernando Luiz, Flávio dos Santos, Gabriel, Gilson Reis, Hélio da Farmácia, Irlan Melo, Jair Di Gregório, Jorge Santos, Juliano Lopes, Juninho Los Hermanos, Marilda Portela, Mateus Simões, Nely Aquino, Orlei, Osvaldo Lopes, Pedrão do Depósito e Pedro Lula Patrus. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Constava da ORDEM DOS TRABALHOS: II - Oitiva: 1) “Oitiva do presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram, Walter Batista Alvarenga, para esclarecer as relações entre os diversos empreendimentos minerários na região metropolitana de Belo Horizonte, bem como para informar o andamento referente à recuperação de áreas degradadas e os potenciais impactos



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

negativos do conjunto de empreendimentos no regime hídrico da região nas suas dimensões físico-humana e físico-ambiental, especialmente no que tange à atividade realizada pela Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabrá, sob pena de responder por crime de desobediência, nos termos do artigo 330 do Código Penal Brasileiro”, conforme o Requerimento de Comissão nº 1.284/18, de autoria dos vereadores Carlos Henrique, Catatau do Povo, Edmar Branco e Gilson Reis e da vereadora Bella Gonçalves. 2) “Oitiva do presidente da Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabrá, André Maurício Ferreira, para explanar aos presentes informações sobre a atividade de extração mineral e de recuperação da área em que essa empresa exerce sua atividade, localizada na Serra do Curral, sob pena de responder por crime de desobediência, nos termos do artigo 330 do Código Penal Brasileiro”, conforme o Requerimento de Comissão nº 1.285/18, de autoria dos vereadores Carlos Henrique, Catatau do Povo, Edmar Branco e Gilson Reis e da vereadora Bella Gonçalves. O presidente colocou em apreciação a seguinte proposição: EM TURNO ÚNICO: Requerimento de Comissão nº 37/19 - Solicitação de envio de ofício à coordenação-geral do Subcomitê da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Arrudas - SCBH Ribeirão Arrudas - Humberto Marques, Márcia Marques e Cristiano Cerqueira, com a finalidade de “oficiar o Subcomitê em resposta ao Ofício nº 21/2018 - SCBH - Ribeirão Arrudas, que solicita documentos desta CPI”. Autoria: vereador Gilson Reis. Aprovado por unanimidade. O presidente informou que o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração - Ibram, Walter Batista Alvarenga, pediu destituição do cargo e, por isso, não comparecerá a esta reunião. Complementou que o cargo de presidente do Ibram encontra-se vago. Informou também que o presidente da Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabrá, André Maurício Ferreira, está em viagem internacional e não poderá comparecer a esta oitiva. Lamentou a ausência de André Maurício Ferreira, mas observou que a comissão iria ouvir representantes da empresa Empabrá: 1) o



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

engenheiro Sérgio Maia; 2) o advogado Ricardo Carneiro; 3) a jornalista Amanda Cardoso. O presidente lembrou o histórico da comissão e reafirmou seu objetivo de investigar a realização de atividade minerária pela Empabra no interior do perímetro tombado do Conjunto Paisagístico da Serra do Curral, sem o devido licenciamento ambiental, na área conhecida como Granja Corumi. Manifestou indignação com os acontecimentos em Brumadinho, com as recentes tragédias no Centro de Treinamento do Flamengo e com o helicóptero que transportava o jornalista Ricardo Boechat. Sérgio Maia agradeceu a oportunidade de prestar esclarecimentos a esta comissão. Disse que trabalha na empresa desde o início do ano passado. Amanda Cardoso agradeceu a oportunidade de prestar esclarecimentos a esta comissão. Utilizou apresentação institucional da empresa Empabra. Lembrou que as atividades de mineração estão suspensas desde julho do ano passado. Apresentou histórico da atividade minerária na região, que remonta à década de 50. Comentou as fiscalizações realizadas no período de 2012 a 2015, ressaltando que, nessa época, a responsabilidade por essa fiscalização passou do Município para o âmbito estadual. Ressaltou que a suspensão das atividades em 2017, pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - Semad, ocorreu pelo descumprimento de quatro das condicionantes estabelecidas no Plano de Recuperação de Áreas Degradadas - Prad. Enumerou essas condicionantes como sendo a implementação de um programa executivo de monitoramento das vias, que teria sido elaborado, mas ainda não teria sido aprovado pela Semad. Continuou sua fala dizendo que a segunda condicionante seria a realização de reuniões trimestrais com a comunidade, mas, segundo relatou, entendeu-se que o número de evidências não foi suficiente. Disse que a terceira condicionante seria a criação de canal de ouvidoria, que foi criado, mas como essa condicionante era vinculada à anterior, ela foi também considerada descumprida. Por fim, esclareceu que a quarta condicionante era a implementação de um sistema de limpeza de rodas de caminhões; e que a Semad entendeu que o



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

sistema não era efetivo. Detalhou os procedimentos usados pela empresa em sua operação e enfatizou as contrapartidas que ela realizou junto às comunidades locais. Apresentou imagens históricas e atuais da região. Informou as atividades que estão sendo realizadas, especialmente o retaludamento e o descomissionamento de diques, assim como a remoção de pilhas de minério abandonado e a implementação de sistema de drenagem e a revegetação de toda a área. Sérgio Maia prestou esclarecimentos adicionais sobre os sistemas de drenagem implementados. Amanda Cardoso informou que não houve invasão da área do Parque da Baleia. Fez a leitura de trecho de relatório da Semad que conclui não ter ocorrido invasão da área do parque. Apresentou imagens de satélite de 2009, anteriores ao reinício das atividades da Empabra, evidenciando que os indícios de erosão na área do parque já existiam nessa época e que não foram causados pelas atividades da Empabra. O vereador Catatau do Povo lembrou que a atividade minerária na região já dura 65 anos e cobrou mais agilidade na recuperação do terreno. Sérgio Maia respondeu que, desde outubro de 2018, as atividades se restringem à manutenção de vegetação e de drenagem, com o objetivo de não gerar perda do que já foi realizado. O vereador Catatau do Povo perguntou sobre a situação atual dos funcionários da empresa. Sérgio Maia respondeu que os funcionários foram mantidos por um prazo em banco de horas, mas observou que a empresa não teve como manter essa situação, e os funcionários foram dispensados, com o pagamento de todos os seus direitos. O vereador Carlos Henrique perguntou qual é a situação atual dos funcionários da empresa. Ricardo Carneiro respondeu que a empresa efetuou o desligamento dos funcionários, de forma que não existe vínculo atual. Ponderou que há expectativa de retomada das operações e que, nesse caso, deverá ser feita a readmissão dos funcionários disponíveis. O presidente perguntou se a empresa manteve ou não outras operações na região. Sérgio Maia respondeu que não manteve. O presidente disse que a empresa teria a obrigação de manter o emprego dos trabalhadores e que a comissão está em diálogo com o Ministério Público do



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Trabalho sobre essa questão. Ricardo Carneiro respondeu que desconhecia essa legislação. O presidente disse que, em 2004, ocorreram várias multas pelo descumprimento de obrigações ambientais e perguntou se os representantes da empresa teriam conhecimento desse fato. Sérgio Maia respondeu não ter conhecimento do fato. Amanda Cardoso esclareceu que, em 2006, foi assinado Prad com o Município e que somente em 2015 a fiscalização passou para o âmbito estadual. O presidente perguntou sobre alterações na legislação para flexibilizar o licenciamento ambiental na exploração de fino de minério e outras atividades como forma de viabilizar ações de recuperação ambiental. Ricardo Carneiro comentou as alterações na legislação de licenciamento ambiental. Sérgio Maia esclareceu que, até 2015, o Prad era celebrado com o Município e previa a produção de 4 milhões de toneladas, sendo, em seguida, transferida para o Estado, com aprovação da extração de 1,5 milhão de toneladas ao ano. O presidente indagou como se dava a operação da empresa sem os devidos laudos ambientais e com o agravante do aumento da extração de minério. Sérgio Maia esclareceu que o empreendimento possui os laudos ambientais exigidos. Lembrou que a atividade minerária no local existe desde a década de 50 e que, somente após 40 anos, surgiu a preocupação com a questão ambiental. Disse que parte da situação atual é objeto de recuperação ambiental e decorre de uma longa operação minerária, e não de operação recente. Ricardo Carneiro lembrou que o volume de extração de minério foi dentro dos limites autorizados no licenciamento na legislação. O presidente afirmou que os limites das áreas de amortecimento foram violados e que houve atividade minerária na área do Parque da Baleia. Ricardo Carneiro ponderou ter o entendimento de que é possível a atividade minerária nas áreas de amortecimento nos termos e limites da legislação vigente. Sérgio Maia lembrou que, até 2015, a ideia de recuperação da área era a implementar a instalação de diques. Esclareceu que diques são fases prévias de barragens. Ressaltou que, após 2015, deixou-se de prever a utilização de diques, passando-se a prever a



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

utilização de tanques. O presidente afirmou que todos os Prads celebrados pela empresa foram descumpridos; e perguntou se as alterações na área tiveram alguma participação da Empabrá ou se a empresa tem alguma relação com a Covan. Ricardo Carneiro disse que a Empabrá não participou desse processo com o Ipham e que não tem relação com a Covan. Amanda Cardoso respondeu a questionamento do vereador Catatau do Povo de que não foram detectadas nascentes na área diretamente atingida pela mineração. Ricardo Carneiro afirmou que não houve atuação da empresa no perímetro do Pico Belo Horizonte. O vereador Catatau do Povo disse que havia mais de 60 nascentes na região e que, atualmente, a empresa só toma conta de uma. Sérgio Maia ressaltou que a literatura técnica as infiltrações de água na mineração fluem para Nova Lima, e não para o Parque da Baleia. O vereador Edmar Branco questionou a ausência de contrapartidas da empresa no Município de Belo Horizonte. O presidente questionou se já foram definidas as condicionantes de fechamento de mina. Ricardo Carneiro esclareceu que as condicionantes deverão ser redefinidos no licenciamento corretivo. Respondeu ao presidente que não tem conhecimento da ocorrência de apresentação de documentos falsos no processo de licenciamento e que não tem conhecimento também dessa acusação. A vereadora Bella Gonçalves disse que a atividade minerária traz muitos danos e prejuízos e não dá o retorno devido em impostos para a coletividade. Perguntou quantos trabalhadores efetivos e terceirizados essa atividade tem hoje e quantos trabalhadores teve no auge de suas operações. Amanda Cardoso respondeu que a empresa trabalhou com cerca de 250 empregos entre diretos e indiretos e que os números exatos já foram fornecidos à comissão. A vereadora Bella Gonçalves disse que a comissão não teve acesso ao RIMA elaborado e que a Semad também não localizou esse documento. Disse que essa ausência de acesso a documentos teria sido uma tentativa de inviabilizar os trabalhos desta comissão. Sérgio Maia reafirmou que, quanto à transferência da fiscalização do Município para o Estado, a empresa foi autorizada a extrair e a comercializar até



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

1,5 milhões de toneladas ao ano. Ponderou que a atividade de recuperação ambiental depende dessa autorização. O presidente apresentou fotos indicando o aprofundamento do nível do solo. Sérgio Maia reafirmou que houve a mudança do paradigma usado nas ações de recuperação ambiental. Sérgio Maia esclareceu que as atividades estão interrompidas e que está sendo discutido o novo licenciamento para retomada das ações de recuperação. O presidente perguntou a razão de as ações de recuperação ambiental estarem paradas. Ricardo Carneiro afirmou que as ações de recuperação ambiental dependem da realização de operações de lavra para geração de caixa. Complementou que estão sendo realizadas apenas atividades de manutenção das ações já realizadas. A vereadora Bella Gonçalves perguntou sobre a previsão que existia antes da interrupção das atividades para conclusão das atividades de recuperação ambiental. Ricardo Carneiro respondeu que não havia previsão de prazo para conclusão da recuperação ambiental do processo até o momento e que isso deverá ser definido no licenciamento em curso. O presidente afirmou que a atividade minerária da Empabra é exercida dentro de área tombada pelo Município, o que não seria permitido. Ricardo Carneiro ponderou que esse não seria o local para expor interpretações de legislação, mas observou que a legislação permite a atividade de lavra dentro da área tombada quando realizada para fins de recuperação ambiental. A vereadora Bella Gonçalves ponderou que a atividade minerária é exercida no corredor entre dois parques ambientais e perguntou se a empresa teve participação na destruição dos marcos do Parque da Baleia. Ricardo Carneiro disse não ter conhecimento da destruição desses marcos do parque. A vereadora Bella Gonçalves indagou se empresa tem conhecimento de danos causados ao muro de pedra que está em processo de tombamento. Sérgio Maia disse que o muro de pedra não está na área de atuação da Empabra, mas tem conhecimento de que esse local é constantemente depredado, inclusive por motoqueiros. A vereadora Bella Gonçalves perguntou qual seria a definição da competência para licenciamento da operação e se a empresa omitiu que haveria



## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

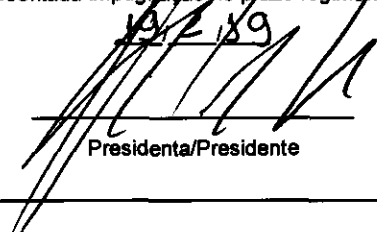
impactos em mais de um Município. Ricardo Carneiro disse que o impacto direto é usado como referência para a competência de licenciamento e que o deslocamento do minério não afeta essa competência. Reconheceu que o transporte de minério causa impactos, mas ressaltou que esse não é o critério determinante na definição da competência de licenciamento. A vereadora Bella Gonçalves indagou qual foi o faturamento bruto da empresa. Ricardo Carneiro informou que não dispunha dessa informação. Respondeu ao vereador Catatau do Povo que as ações de recuperação ambiental e de lavra dependem de um novo processo de licenciamento. O vereador Catatau do Povo afirmou que, caso existisse a obrigatoriedade de um seguro para arcar com a recuperação ambiental, não existiria esse problema de falta de recursos pela empresa. O presidente comentou que empresas exploram a atividade minerária e deixam o passivo ambiental e o risco ambiental para serem arcados pela sociedade. Defendeu a obrigatoriedade da constituição de um fundo para custear a recuperação ambiental da área. Lembrou que a Lei Complementar nº 140 tem a responsabilidade de acompanhar e de fiscalizar a atividade minerária. Às 12h10min, o presidente prorrogou a reunião até às 12h30min. O vereador Carlos Henrique agradeceu a presença de todos e justificou que precisaria ausentar-se em função de outra reunião. Convidou a todos para a apresentação do relatório final da comissão no dia 19/2/19. O vereador Catatau do Povo também justificou que teria de se retirar. A vereadora Bella Gonçalves informou que estão sendo colhidas assinaturas para criação de uma CPI para investigar os impactos do ocorrido em Brumadinho e da atividade minerária sobre o fornecimento de água de Belo Horizonte. Ricardo Carneiro agradeceu a oportunidade de prestar esclarecimento a esta comissão e mais uma vez justificou a ausência do presidente da Empresa de Mineração Pau Branco S.A. - Empabra, André Maurício Ferreira. O presidente agradeceu a todos pela presença e declarou encerrados os trabalhos às 12h20min. Para constar, lavrou-se esta





## CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ata, que será assinada pela presidenta ou pelo presidente da reunião em que for dada por aprovada, caso não seja impugnada no prazo regimental.

<p>ATA APROVADA</p> <p>(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p>distribuida em avulso, no dia <u>18/2/19</u>, não</p> <p>foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p><u>18/2/19</u></p> <p></p> <p>_____ Presidenta/Presidente</p>
---